



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de posse do
Ministro de Estado da Defesa, Geraldo
Magela da Cruz Quintão*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 24 DE JANEIRO DE 2000

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; o Senhor Presidente do Senado me pediu que transmitisse ao Senhor Ministro Quintão, e a todos os presentes, que ele está ausente por motivos conhecidos, mas gostaria de aqui estar também; Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso; Senhor Ministro de Estado da Defesa, Doutor Geraldo Quintão; Senhores Ministros de Estado, Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz; Senadores; Senhores Líderes; Senhores Comandantes das Forças; Senhores Presidentes e Ministros dos Tribunais Superiores; Senhores Oficiais-Generais; Deputados; Senadores; Senhoras e Senhores,

Ao dar posse ao novo Ministro da Defesa, Doutor Geraldo Quintão, e ao agradecer a colaboração inestimável do Senador Êlcio Álvares, que exerceu até agora este importante Ministério, quero reafirmar a missão do Ministério da Defesa.

Como tenho reiterado, o nosso Ministério da Defesa se constituiu paulatinamente, com ampla participação e apoio dos responsáveis

pelas nossas Forças Armadas, a partir da experiência brasileira mais que secular de entrosamento entre as Forças Singulares e destas com o aparelho do Estado.

Jamais se cogitou de criar o Ministério da Defesa para reafirmar o comando civil sobre as Forças Armadas. Não seria necessário: a obediência à Constituição e ao Comandante Supremo por ela definido, que é o Presidente da República, constitui a base do respeito democrático das Forças Armadas à soberania popular, expressa pelo Presidente.

A questão da criação do Ministério da Defesa era, pois, como é, operacional e estratégica. Foi com esse propósito que demos corpo ao que anunciei ao País na campanha eleitoral de 1994 e que, com pleno conhecimento e aquiescência expressa dos ministros que nomeei, deu-se início ao trabalho árduo e cooperativo entre a Casa Civil, o então Estado-Maior das Forças Armadas e as Forças Singulares. Desse trabalho resultou o projeto que foi enviado ao Congresso Nacional, por este aprovado e, depois, por mim sancionado.

A visão estratégica da Defesa Nacional e a definição de uma Política de Defesa Nacional, feita através da Creden (que é a nossa Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que, juntando Ministérios civis e os então Ministérios militares, sob minha Presidência, deu as diretrizes da política, sempre discutida com o Congresso Nacional) vêm atualizando as funções, missões e responsabilidades de nossas Forças Armadas.

Hoje, cabe ao Ministério da Defesa seguir adiante, não só tornando operacionais aquelas definições, como avançando mais propriamente numa política militar para as nossas Forças.

Vivemos em um mundo cambiante, no qual nossos interesses nacionais hão de ser preservados. Mundo sob alguns aspectos ameaçador, pela presença de problemas relativamente novos, como o crime organizado, o narcotráfico, a eventual escassez de água, a necessidade de preservação ambiental e antigos conflitos como os territoriais, religiosos e étnicos. É óbvio que ao Ministério da Defesa incumbirá acompanhar essas questões e lograr, crescentemente, a integração das Forças Singulares e da sociedade para que elas sejam melhor compreendidas e para que, quando for o caso, o País disponha de recursos de defesa e de

apoio aos órgãos diretamente responsáveis pelo seu enfrentamento, incluindo um plano eficiente de mobilização.

Sem confundir a missão específica das Forças Armadas – que é a de garantir a integridade territorial, a soberania nacional e a vigência da Constituição – com as funções da polícia e de controle de outros setores do Estado, nossas Forças e nosso Ministério darão as garantias necessárias para que o Brasil continue na marcha que leva ao desenvolvimento econômico, à paz e ao bem-estar da população.

Questões cruciais para nós, como a da integração socioeconômica crescente da Amazônia, da vigilância de suas fronteiras e da preservação de nossos interesses nessa região estratégica, encontrarão nas Forças Armadas – e no Ministério da Defesa – a atenção prioritária e constante.

Do mesmo modo que aspectos fundamentais do desenvolvimento científico e tecnológico, sempre sob a égide da paz, que é objetivo da nossa política de defesa, encontrarão o espaço e a atenção necessários para uma contínua colaboração entre civis e militares no esforço nacional de capacitação nessas áreas vitais.

Lembro, aqui, o esforço da construção do submarino atômico; do VLS, que é o Veículo Lançador de Satélites; a contínua preocupação com o espaço aéreo, já mencionado através do Sivam-Sipam, como exemplos de desenvolvimento tecnológico, em matérias que são essenciais para os interesses estratégicos do nosso país.

Ao lado desses aspectos gerais, naturalmente o Ministério da Defesa cuidará dos diretamente ligados às necessidades de nossas Forças. Refiro-me, neste passo, não só às demandas da carreira militar, a seu aperfeiçoamento, à formação de seus quadros, à definição de seus efetivos, às melhorias da remuneração, à salvaguarda de suas peculiaridades, como ao reequipamento de nossas Forças, para que possam bem atender às suas missões.

Senhor Ministro Quintão, Vossa Excelência encontrará boa parte do caminho a percorrer já lastreada pela ação do Ministro Elcio Álvares e pelo apoio que lhe prestaram as Forças e seus comandantes.

Foi a árdua e discreta ação do Ministro Elcio Álvares no Congresso Nacional que permitiu a aprovação do Ministério da Defesa. Fo-

ram as negociações estabelecidas por ele e pelos comandantes que permitiram a definição dos limites suportáveis no esforço de enquadramento das questões previdenciárias. Do mesmo modo, o reequipamento da Aeronáutica, da Marinha e do Exército, cujas linhas gerais e mesmo planos iniciais já vinham desde o tempo do meu primeiro mandato – esboçados pelos então ministros militares – encontra-se hoje na ordem do dia. Como acabou de reafirmar o Ministro Quintão, com minha plena aquiescência.

Por todas essas razões, e pela lealdade e inteireza moral do Ministro Êlcio Álvares, que suportou com altivez os embates a que os homens públicos tornam-se sujeitos nos dias de hoje, é que, antes de desejar-lhe êxitos, quero agradecer ao meu amigo e colaborador constante Êlcio Álvares a ajuda que prestou ao Governo e ao Ministério da Defesa.

A Vossa Excelência, com quem convivo há mais de sete anos e em quem diviso o servidor de espírito equilibrado, o jurista competente, o homem honrado e experiente, apto para o exercício do Ministério, confio de agora em diante a tarefa de consolidar o Ministério da Defesa, cujos avanços, em tão curto espaço de tempo, foram notáveis.

Tenha certeza, Senhor Ministro, que as Forças Armadas lhe darão o apoio necessário nessa grande tarefa de construção institucional e de que eu, como Comandante Supremo e como Presidente da República, estarei atento para que sua missão engrandeça o Brasil.

Muito obrigado.